

AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICAS E A DEFESA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL VIVO

FACTORY OCCUPATIONS
AND THE DEFENSE OF LIVING INDUSTRIAL HERITAGE

Vinícius Martins de Camargo¹

Resumo

Dado que os interesses das diferentes classes envolvidas na produção industrial e na produção da cidade são contraditórios, não se pode dizer que há uma memória coletiva em geral. A memória também é baseada em relações conflituosas de classe. O presente ensaio teórico-crítico busca analisar as relações contraditórias entre indústria e cidade sob o prisma da luta de classes e questionar como os tombamentos carregam e salientam tais contradições, via de regra em favor da classe dominante. A experiência brasileira e latino-americana de ocupações de fábricas, em especial, do Movimento das Fábricas Ocupadas, fornece material de grande interesse para debater as proposições vigentes quanto ao que vem a ser chamado de patrimônio industrial. Tal movimento defendeu a preservação da indústria enquanto indústria viva, não aceitando sua conversão em um túmulo de empregos. Por fim, propõe que as fábricas e a memória do movimento deveriam ser consideradas patrimônio industrial.

Palavras-chave: patrimônio industrial, ocupação de fábricas, movimento operário.

Abstract

Considering that the interests of the different classes involved in industrial production and in the city's production are contradictory, it cannot be said that there is a collective memory in general. Memory is also based on conflicting class relations. This theoretical-critical essay seeks to analyze the contradictory relations between industry and the city from the perspective of the class struggle and to question how the listings carry and highlight such contradictions, usually in favor of the dominant class. The Brazilian and Latin American experience of factory occupations, especially the Occupied Factory Movement, provides material of special interest for debating and problematizing the current propositions regarding what is called industrial heritage. This movement defended the preservation of industry as a living industry, not accepting its conversion into a tomb of jobs. Finally, it proposes that the factories belonging to the movement should be considered industrial heritage.

Keywords: industrial heritage, factory occupation, workers' movement.

Introdução

Centros antigos degradados, antigos bairros industriais depredados e ermos, abandonados. Os caminhos “naturais” são óbvios. Toda a rede de infra-estrutura urbana faz parte do complexo de meios de produção através do qual a produção capitalista gera valor e cada fatia do território inserida nesta valiosa malha é objeto de cada vez maior cobiça. Durante algum tempo, quando as grandes cidades do Brasil e tantos países do mundo ainda tinham seus arquipélagos de vazios urbanos, a reciclagem das áreas degradadas não era um problema tão relevante. Pelo menos os que se preocupavam não eram os mesmos setores sociais que hoje dão novo tipo de atenção ao tema. Havendo oferta de terrenos, fosse em áreas centrais, periféricas ou mesmo à borda da área rural, o capital preferia o novo terreno virgem ao custoso desafio de reaproveitar o decrédito. Os tempos são outros e a saturação urbana elevou o valor de todo e qualquer pedaço de terra ainda vazio. Estando em áreas urbanizadas, velhos imóveis industriais serão, cedo ou tarde, alvo da disputa acirrada pela apropriação do espaço urbano.

Na verdade, foi justamente a sanha pelo reaproveitamento destes terrenos pelo capital imobiliário o que levou à evolução dos debates e das políticas públicas de conservação do patrimônio industrial. Foi o aumento do interesse e do consequente risco de derrubada para a construção de uma cidade diferente que levou a uma corrida de alguns setores da sociedade a defender parte da cidade existente e sua “memória”.

Não se discute aqui as boas intenções dos defensores do patrimônio industrial, arquitetônico, histórico, artístico, cultural, etc. Bem sabemos todos que há mentes brilhantes e bons corações em busca de combater a destruição motivada pelo lucro das identidades dos povos, para os quais suas memórias são consideradas essenciais. Mas é importante saber que, se algo foi conservado sem que tenha sido fruto de intenso combate contra o capital, os representantes patronais e seus agentes no Estado, esse interesse na conservação era antes de tudo útil à reprodução do capital.

A palavra povo, no sistema capitalista - ou em qualquer sociedade em que a divisão do trabalho tenha atingido certo nível de complexidade -, esconde uma categoria essencial para a compreensão da estrutura de nossa sociedade: a classe social. Entre esses dois pólos se dá a verdadeira disputa pela apropriação do espaço urbano, que se expressa nas diferentes abordagens sobre a questão da preservação do patrimônio industrial. O primeiro deles, o capital, na busca pela reconversão funcional da área, por exemplo, em zona comercial revalorizada, buscará criar as condições para a construção de shoppings ou torres de escritórios, ou aproveitando-se de alguma especial localização e oferta de serviços, converterá em novo bairro prioritário para edifícios residenciais. Tal combate passará pela reconfiguração dos planos diretores, leis de zoneamento, códigos de obras e posturas, etc, para garantir a realização da nova “vocação” pretendida e da devida taxa de lucro. Caso o terreno oferecido - tendo em vista o que se possa potencialmente construir nele - não tenha grandes virtudes ao olhar das classes médias e altas, pode-se construir um conjunto a ser vendido a valor subsidiado, contando ainda com políticas de oferta de crédito e incentivos fiscais, complementando os lucros do setor que não deixa de usar nenhuma rebarba da terra urbana a qual possa ter acesso e licença para construir.

Nessa luta, portanto, o próprio polo capitalista divide-se em diferentes frações. Parte dos representantes do capital pode preferir a abolição de quaisquer traços do desenho e da ocupação anteriores para a parcela do território sobre a qual pretendem investir. Outra parte pode preferir utilizar-se comercialmente de certos componentes do espaço construído ou mesmo da paisagem natural, buscando extrair dos mesmos algum valor especial e sobrevalorizar pedaço do território.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, na área de concentração Habitat. Arquiteto e urbanista graduado pelo UNESP, campus de Bauru.

A classe trabalhadora, no outro pólo, principalmente em tempos de crise, tenta por meio do sacrifício e, quem sabe, da dívida, alcançar o direito a um teto estável (no que diz respeito à matéria, ao espaço, e também ao tempo). E se focamos em seus estratos mais rebaixados, veremos que não há muitas alternativas senão ocupar um espaço para a moradia de forma precária e/ou mesmo clandestina. Por meio das ocupações, muitas vezes esses estratos da classe trabalhadora tentarão tomar para si algum pedaço de terra perto da oferta de empregos e de serviços públicos.

Se falarmos dos setores mais organizados da classe trabalhadora, este combate pode passar pela defesa de políticas e empreendimentos públicos para moradia popular, por meio de financiamento público, ou por propostas de valorização da qualidade de vida dos moradores e a defesa de sua identidade cultural, seus valores, seu modo de vida, bem como infra-estruturas e serviços já conquistados ou a conquistar. Por isso mesmo, a própria classe trabalhadora protagonizou, apoiou e/ou testemunhou, por exemplo, movimentos de ocupação de galpões industriais para moradia, mas também movimentos que propunham - ou propõem - sua conversão em prédios de caráter público, seja para educação, cultura, etc.

A velha luta de classes segue movendo a história, a despeito do astigmatismo que embaça a visão de tantos estudiosos, fazendo-os declarar que ela morreu. Cada rua, cada beco, cada fenda da cidade está em constante disputa. Que a classe trabalhadora acumule derrotas em seu cotidiano e que suas grandes organizações tradicionais de classe tenham se adaptado ao sistema e, portanto, sejam atualmente pouco ou nada úteis para o combate, não quer dizer que não haja luta de classes. Significa apenas que o capital soube, momentaneamente, se impor. Os sinais de rebeldia aparecem a todo momento e em toda a parte.

A divisão da sociedade em dois pólos antagônicos, cuja compreensão foi tão bem introduzida por Marx e Engels (1984), desde seu Manifesto Comunista de 1848, não surge da maneira como hoje a conhecemos. A classe burguesa, proprietária dos grandes meios de produção, tem uma história contraditória. Ela nasceu na Europa como classe subalterna. O capitalismo foi revolucionário em sua gênese, visto que a burguesia nascente precisou lutar contra a antiga classe dominante europeia para impor seu modo de produção. Em seu combate, para arrastar atrás de si os setores mais pobres, ela precisava oferecer algo à humanidade em seu conjunto. A burguesia desenvolveu as forças produtivas e semeou as mentes dos pensadores de toda uma época com ideias materialistas que levavam a procurar as raízes dos males e as explicações para os fenômenos na Terra e não nos Céus. Com isso, do Renascimento ao Iluminismo, a burguesia em sua ascensão política deu forte impulso ao pensamento humano. Tal impulso assumiu forma ainda mais palpável quando as descobertas científicas passaram a converter-se em técnica produtiva, abrindo o caminho para a Revolução Industrial.

O capitalismo, no entanto, produz suas contradições. Se a cidade foi a condição para o desenvolvimento do novo modo de produção e, com ele, de um avanço técnico sem precedentes, a partir do século XX tanto a indústria quanto a cidade, em crise, se convertem em um problema para o próprio desenvolvimento e mesmo sobrevivência do sistema.

Esse processo de transição, que já foi analisado - inclusive por mim - em trabalhos anteriores, é de suma importância para a compreensão do tema de que agora tratamos. A cidade da fase imperialista é produto e reproduutora de suas contradições.

No início do século XX, o tamanho e a população de uma cidade poderiam denunciar o nível de desenvolvimento de sua economia, o

estágio do capitalismo numa região, seu estágio de desenvolvimento industrial. Londres, Paris, Nova Iorque eram, no início do século XX, enormes e, sem dúvida, eram a prova de que nos anos de desenvolvimento do capitalismo industrial o *tamanho era documento*. O tamanho da cidade demonstrava seu poder econômico: quanto maior, mais poderosa.

Mas o século XX alterou e tornou muito mais complexa essa relação. Temos hoje, espalhadas pelo mundo, cidades imensas que, ao invés de desenvolvidas, são um enorme conglomerado de favelas (Camargo, 2015. p. 25).

Indústria e cidade no capitalismo imperialista

A crise estrutural do capitalismo inaugurou uma fase em que o desenvolvimento industrial em si gerou uma contradição nova. É o produto da crise de superprodução. Ao passo em que se pode construir mais e mais rápidos carros, quanto mais carros temos, mais lento é o trânsito. Na medida em que somos capazes de produzir comida suficiente para mais de uma população e meia no mundo, perto de 1 terço da população mundial convive com a insegurança alimentar e pelo menos um décimo vive com ou morre de fome (UNICEF, 2022).

No campo da habitação, quanto maior a tecnologia e a possibilidade de industrialização da produção habitacional, mais vemos aumentar o número de imóveis fechados e a população sem-teto. O censo recente indicou que há em torno de 18 vezes mais imóveis vazios do que pessoas vivendo na rua apenas na cidade de São Paulo (Petrocillo, 2023). Esse dado representa um crescimento de 103% em relação ao número de imóveis fechados em 2010. Ou seja, em pouco mais de uma década a contradição se aprofundou gravemente. As forças de produção se tornaram grandes demais e atentam contra o próprio sistema, que luta para sobreviver a si mesmo e ameaça arrastar toda a civilização em direção à barbárie. Não cabe neste trabalho tal análise, mas qualquer um que queira enxergar e ouvir sabe da participação das cidades e da indústria dirigidas pelo capital na atual situação climática.

A cidade da era da sociedade industrial floresceu nutrida pela urbanidade e, tal qual ocorre com a monocultura, o plantio e a colheita do lucro como verdadeiro produto pretendido gera um solo cada vez mais pobre e infrutífero. A degradação, resultado da rapina capitalista, gera nas grandes cidades um ambiente cada vez menos habitável. Na terra agricultável, os recursos do grande capital são os pesticidas, transgênicos e toda a tecnologia possível em favor do lucro, em detrimento da vida. No solo urbano não é diferente, embora os venenos tenham nomes diferentes como gentrificação, especulação ou favelização.

Diante de tal processo, a cidade da nossa era é tanto uma condição material quanto um resultado concreto do processo de industrialização. Essa cidade é condição para a produção, para o mercado e a reprodução social (física e intelectual) da força de trabalho que produz as mercadorias por intermédio da máquina na indústria, produzindo com isso o valor em geral e, em especial, a mais-valia. Por isso, a experiência das ocupações de fábricas e do controle operário devem estar no centro das discussões sobre uma saída para a crise urbana de nosso tempo.

Indústria e crise urbana

A crise estrutural do capitalismo inaugura uma fase em que o desenvolvimento industrial em si gera uma contradição nova. Há um contexto de superprodução de mercadorias - o que para alguns aparecerá sob a tese do subconsumo - e superacumulação de capital, que buscará novos ramos para seu reinvestimento, com graves consequências para as condições urbanas. É o que percebe Harvey (2013, p. 265-280) e outros pesquisadores acadêmicos, mas que já notaram militantes políticos revolucionários muito antes deles².

O desenvolvimento capitalista é carregado de uma contradição insolúvel: o capitalista só pode lucrar explorando o trabalho humano. Esse trabalho humano, vendido na forma do tempo de trabalho, produz o valor, que em parte é pago ao trabalhador na forma do salário, mas em parte é apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia. A massa salarial é sempre menor do que o valor produzido em mercadorias, sendo tal valor expresso nos preços das mercadorias. A classe trabalhadora não pode comprar tudo o que produz e isso gera crises.

O fechamento das fábricas gera um aumento no exército de reserva, uma massa de desempregados cada vez maior. Se antes esse número exorbitante de desempregados servia ao rebaixamento dos salários, atualmente uma parte cada vez maior dessa massa sequer disputa empregos: apenas vegeta em condições subumanas.

A partir do fim do século XIX e início do século XX, a capacidade produtiva global alcançou um patamar antes inimaginável. A produção em grande escala chocou-se com os limites dos Estados nacionais pioneiros do capitalismo europeu e a concorrência mundial tomou a forma de guerra mundial para o redesenho da distribuição das colônias - e portanto dos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas. Há produtos demais para mercados de menos e a história do sistema capitalista desde então é sua luta pela vida. Tanto as revoluções socialistas e a luta de classes em geral quanto suas contradições internas ameaçam sua sobrevivência. A cidade tem sido o palco principal dessa luta. Foi apenas a ampla destruição da guerra que permitiu abrir espaço para os meios de produção tão poderosos de então. A reconstrução da Europa, apoiada na profunda exploração dos países coloniais e das ex-colônias, através do moderno imperialismo, permitiu a recomposição de um tênue equilíbrio, que apenas perdurou até as crises políticas marcadas pelos levantes de 68 e pelas crises econômicas da década de 70, que exigiram do capital novas estratégias de dominação, que, por sua vez, implicaram grandes mudanças no campo da produção industrial.

O século XX trouxe a industrialização brasileira, de caráter dependente e dominado. Seu florescimento deu-se na condição de serviçal das potências centrais. Por isso, diante das crises econômicas de alcance mundial, sendo as patentes, o domínio tecnológico e mesmo a fabricação das máquinas quase totalmente dominados pelos países capitalistas centrais, o poder de decisão dos atores nacionais era muito pequeno. Quando uma grande empresa decidia ir embora, destruía os empregos e levava consigo todo o conhecimento, as marcas e a técnica. O que sobrava era a carcaça, o prédio, quando muito. Essa sobra, por vezes com uma fachada com frontões triangulares, pilares ou paredes em tijolinhos de barro, é que tantas vezes acaba por ser tombada e chamada de patrimônio industrial. Como se vê, o verdadeiro patrimônio da classe trabalhadora - os empregos - é destruído; o verdadeiro patrimônio

2 Trotsky alertou para a crise estrutural do Capital desde a década de 1930, em trabalhos como Agonia do capitalismo e as tarefas da 4ª internacional, conhecido e publicado como o Programa de Transição (2008), a partir dos desdobramentos da contribuição anterior de Lenin em Imperialismo, fase superior do capitalismo (2011).

dos capitalistas - as máquinas, a tecnologia, as patentes - é levado para outros países; e o que sobra recebe o nome de patrimônio, por parte dos arquitetos saudosos e por parte de agentes públicos e privados com seus próprios interesses.

A morte da indústria de uma região em função da luta dos capitalistas contra a tendência à queda da taxa de lucro - aqui me separo momentaneamente de Harvey, que não acredita que tais crises sejam movidas por tal tendência - é uma catástrofe social. É a destruição da vida de muitos em razão da busca pelo lucro. Ainda que os centros culturais, lofts ou os complexos de lojas que possam surgir de suas velhas fachadas possam ter alguma duvidosa beleza quando projetados por arquitetos bem treinados - um pouco pelas universidades contemporâneas e bastante e preponderantemente pelos mestres do mercado -, isso não nos autoriza a esquecer o horror do fechamento das fábricas. Cada fábrica fechada é um túmulo de empregos, que jamais retornarão. A classe trabalhadora é a vítima de tal evento e a vida dos operários das regiões "desindustrializadas" é um tormento. Dos que viviam nas vilas operárias, a incerteza da moradia; dos que eram donos de suas moradias, a queda dos preços e a impossibilidade de comprar em outro local algo do mesmo nível de conforto e espaço significou o decaimento dos níveis de vida - isso se conseguiram outro emprego na indústria; para quem vivia de fornecer serviços para o entorno, restou e resta o desamparo e o desalento. A morte dos bairros e seu renascimento para a gentrificação são um evento histórico trágico.

A concorrência capitalista, através da disputa de mercados, com a luta pelo melhor preço a custa do rebaixamento dos custos de produção (superexploração do trabalho, avanços tecnológicos, organizacionais, logísticos e melhoria da infraestrutura urbana, etc), leva ao fechamento de empresas menos eficientes e à concentração do capital, que por sua vez leva a atenuação da própria concorrência e a formação de monopólios. Assim, como medida de salvação da taxa de lucro, os setores monopolistas, sem a pressão da livre concorrência, logram descolar relativamente seus preços dos custos de produção, permitindo um aumento vertiginoso da renda de monopólio. Tal inflação dos lucros, sustentada pela oferta de crédito, dá ao setor imobiliário preponderância em relação à indústria em grande parte das cidades contemporâneas. A queda da taxa de lucro na indústria - particularmente a indústria de pequeno e médio porte, nacional, que morre por sufocamento - leva a uma migração do capital para o mercado imobiliário, fortemente concentrado. O mercado imobiliário se torna o herdeiro e grande interessado na reciclagem dos corpos defuntos em princípio de putrefação e passa a planejar a morte de outros, para sua futura exploração.

Que a produção industrial nociva não deva conviver com o local de moradia é uma tese baseada não só na ciência, mas no próprio bom senso. Mas o desaparecimento da indústria das vistas do povo citadino nada tem a ver com algum sincero cuidado com o povo. A indústria só foi deslocada de dentro das cidades quando seus dejetos atrapalharam a própria burguesia e seus capachos. Ademais, sabe-se que o desenvolvimento tecnológico poderia ter sido voltado à resolução desse problema. Não foi porque não geraria lucros, apenas custos.

Mesmo um planejamento realmente interessado no bem-estar do povo trabalhador poderia, em certos casos, organizar o deslocamento das indústrias para a preservação da qualidade ambiental urbana ou rural ou para o melhor aproveitamento de recursos naturais ou humanos. Mas que o desenvolvimento de certas cidades atualmente demande o desaparecimento da indústria mesmo de seus arredores, criando os espaços de abandono é produto da anarquia da lógica capitalista. Harvey (2014, p. 30-40) é muito eficaz em demonstrar como as crises, baseadas no excedente de capital industrial sem possibilidade de reinvestimento, encontram na produção imobiliária seu refúgio. Atualmente, a desindustrialização de regiões inteiras desloca o investimento

dos excedentes para a produção imobiliária, que por sua vez é motorizada por um complexo sistema de atração e potencialização de clientes para o mercado financeiro, que empresta para financiar tanto a produção quanto a compra, e ainda encontra formas diversas de participação nos negócios resultantes da construção, entre eles atuando como investidores em fundos imobiliários.

O brasileiro atento se lembrará de quando Lula nos “informou” de que haveria “apenas” uma marolinha e de quando Dilma lançou, para tentar conter os efeitos da crise econômica mundial no Brasil, o PAC e o Minha Casa Minha Vida, ambos ligados fortemente à construção civil, com pesado investimento público e principalmente com mecanismos para o fomento do mercado de crédito. A migração dos excedentes de capital da indústria para o mercado financeiro - que não existe no vácuo - acabam desembocando nas cidades. Vivemos uma era de superprodução de cidade. O elo entre as questões é quase invisível a olho nu, pois exige a investigação e análise científicas e o instrumental de uma abordagem crítica. Por isso passa despercebido pelos adeptos do senso comum.

O fechamento das fábricas, a depreciação das antigas regiões industriais e a sua conversão em complexos comerciais de alto padrão, centros culturais, escolas seletivas, lojas de luxo, etc, valorizando regiões e criando demanda qualificada para os terrenos de galpões vizinhos, dos estacionamentos e das áreas de casas antigas e desvalorizadas são sempre processos articulados e amarrados no plano econômico.

Será mesmo possível proteger o que vem a ser chamado de patrimônio industrial de forma independente dos interesses do mercado imobiliário e das grandes redes comerciais? É possível uma defesa do patrimônio industrial em favor da classe trabalhadora?

Patrimônio de quem? A questão de classe no patrimônio industrial

A lista de edifícios e monumentos tombados na cidade de São Paulo é fonte frutífera para nossa reflexão. Deixemos de lado, para este texto, as esculturas e os monumentos e nos concentremos em algumas das edificações industriais.

As indústrias Reunidas Matarazzo, situadas na Avenida Francisco Matarazzo e encostadas na ferrovia, e o antigo Moinho Matarazzo, no Brás, foram tombados pelo Condephaat, entre 86 e 93.

Tratando-se do Moinho Matarazzo, segundo o site do Condephaat:

O tombamento conta com proteção especial de sua área envoltória por ter sido na Rua Monsenhor de Andrade local especial na luta dos operários paulistanos pela melhora de salários durante a Greve de 1917. Após o assassinato do sapateiro José Martinez pelas forças policiais paulistas, a greve ampliou sua proporção, com cerca de 100 mil trabalhadores de vários setores paralisados entre 9 e 16 de julho e se expandiu para outras cidades do estado, como Campinas e Santos, estendendo-se para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Pelotas. O movimento paredista ficou conhecido por Greve Geral de 1917. (Condephaat, 2021)

Creio que deveríamos estudar a possibilidade de identificá-lo como monumento a “José Martinez” e colocar o nome do patrono como parte das informações históricas complementares, no corpo do texto de descrição, e não o contrário. Aliás, o envoltório,

como um todo, poderia ser tombado como memorial à greve de 1917. Sob a desculpa de garantir a preservação do patrimônio arquitetônico, histórico, cultural e/ou industrial, o nome de um dos grandes alzoges da classe operária brasileira é immortalizado e descrito em artigos, livros, jornais como empreendedor, modernizador, filantropo e etc. Os direitos da classe trabalhadora brasileira não são devidos à beneficência deste tipo de senhores, mas pelo contrário, à coragem de tantos José(s) Martinez.

Quanto às Indústrias Reunidas Matarazzo, na Avenida Matarazzo, essas passaram longo período abandonadas, até tornarem-se uma espécie de “centro cultural”, administrado por uma associação civil de interesse público sem fins lucrativos. Apesar da nomenclatura que se esforça por dizer o contrário, é uma associação privada, funcionando em uma propriedade privada, com acesso bastante selecionado. Em nada se discute a qualidade de artistas ou intelectuais que tenham se apresentado ou venham a se apresentar no local. Não falo de qualidades de indivíduos que o acessem, mas de seu caráter e função social, para além da autodescrição. Aliás, uma das principais seções com fotos de eventos em seu site tem por nome a expressão “corporativo” e mostra a qual interesse serve o uso reciclado daquele espaço (Casa, s.d.)³.

Também interessa para este estudo recordar que a greve geral de 1919, que de certa maneira seguia a trilha da greve de 1917, teve como estopim os desmandos do clã Matarazzo nas Indústrias Reunidas:

O movimento teve início após um incidente na fábrica Mariângela – parte integrante das Indústrias Reunidas Matarazzo – que culminou com a demissão de um trabalhador, fato considerado injusto pelos seus colegas. A greve rapidamente se alastrou para outras categorias, sendo que no terceiro dia já englobava operários das fábricas de tecidos, padarias, gráficos, ateliers de costura, serrarias e frigoríficos, num número estipulado por A Plebe em 50.000 trabalhadores. (Junior, 2018, p. 6)

A região do entorno imediato em que se encontra a edificação tombada, aliás a única ainda em pé, onde está instalada a “Casa das Caldeiras”, já é qualquer coisa, menos operária. Os antigos galpões próximos à ferrovia foram excluídos do tombamento em 1993. Ao lado do único edifício preservado, foram construídas torres de escritórios de alto padrão. Logo mais à frente está o shopping Bourbon e, ainda que muito próximo esteja o antigo Palestra Itália, é preciso dizer que o atual Allianz Park tenta de toda maneira selecionar seu público. Sequer trata-se exatamente de futebol, mas de um empreendimento da WTorre, empresa de empreendimentos imobiliários, que leva o nome da Allianz, empresa de seguros, para quem o Palmeiras é uma marca parceira que atrai público e renda, nada mais. Se a sua origem e as raízes que o futebol brasileiro criou no seio do povo ainda não permitem uma ruptura absoluta, é fato que os preços tornam-se muitas vezes proibitivos para os mais pobres. Isso sem falar nos valores dos ingressos de shows, importante fonte de renda, contados sempre a partir da casa das centenas de reais.

Nada sobrou da memória operária e o único nome que consta é o de Matarazzo, nas placas da avenida. Nem os textos recordam o operário demitido, os tantos espancados, presos e mortos nas lutas do período de 1917 a 1919 ou nas tantas outras durante o século XX. Tampouco estão nas placas da avenida os nomes de trabalhadores e

³ Como subtítulo do texto principal na página inicial do site, pode-se ler: “Do passado ao presente, um patrimônio cultural da cidade de São Paulo”. Ou seja, a condição de patrimônio cultural é apresentada como um atrativo diferencial.

trabalhadoras que moveram a história à frente, cruzando os braços, desafiando a ordem em defesa de direitos de que hoje gozamos. A rua de trás, saindo do Memorial da América Latina e desembocando na Casa das Caldeiras, chama-se Mário de Andrade. Seu cruzamento com a Francisco Matarazzo parece mesmo um ultraje. Mário, que nunca foi um revolucionário político, gostava da palavra proletariado, porque com o passar de seus dias aprendeu a simpatizar com ele, e não com o burguês.

Neste sentido, antes de receber qualquer acusação de seletividade, devo dizer que o patrimônio industrial segue a mesma lógica de todo o resto do pensamento dominante quanto ao conservacionismo patrimonial. E mesmo os Matarazzo, exemplo que selecionei entre outros, têm preferência em campos variados. É tombado o distrito paulistano de Ermelino Matarazzo, bem como o antigo Hospital Matarazzo.

No caso do hospital, em sua carcaça funciona o complexo empresarial de alto luxo Cidade Matarazzo, cujas propagandas anunciam como composto de hotel, escritórios de alto padrão, shopping center, centro cultural e gastronômico, tendo o empreendimento utilizado ainda centenas de árvores com espécies da Mata Atlântica. Tudo isso a cerca de 200 metros da Avenida Paulista.

Comumente, os artigos sobre a história do hospital remontam a uma suposta benevolência e filantropia da elite imigrante italiana, esquecendo dos operários assassinados e mesmo de escândalos de desvio de recursos públicos que marcaram sua história. Aliás, o grupo Matarazzo foi à falência nas décadas de 80 e 90, com uma série de empréstimos não pagos, culpando a crise econômica.

Quantos exemplos semelhantes não poderiam ser listados por toda a parte? A Fábrica de Cimento Portland de Perus, que descobriu-se na década de 60 que não pagava imposto nenhum, motivo pelo qual sofreu intervenção federal, tinha tamanho patrimônio que, do confisco para pagamento das dívidas, deu o terreno para o Parque Villa-Lobos, além de parte do Parque Bandeirantes. De seu histórico de conflitos contra a classe trabalhadora e os moradores do entorno, além da greve dos Queixadas de 62 a 69 - uma parada de impressionantes sete anos -, enfrentou a luta contra a poluição por suas chaminés sem filtros. O fechamento da fábrica deixou um legado de poluição e desemprego. Também é preciso contar que, mesmo tendo sonegado tantos impostos, a família Abdalla, proprietária, recebeu a maior indenização da história do Brasil até então.

O imóvel foi tombado como patrimônio histórico de São Paulo. Os proprietários o abandonaram, pois sem poder gerar lucro é só uma sobra, uma carcaça. O povo da região empreendeu no início dos anos 2000 um movimento pela utilização do imóvel para um centro cultural, parque e universidade. A família Abdalla tem agora, no entanto, um projeto imobiliário envolvendo a região.

Além dessa questão, em 2014, a antiga indústria e seus arredores foram inseridos como Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá – Perus, no Plano Diretor Estratégico (PDE- Lei 16.050/2014) de São Paulo. O documento previa, entre outras medidas, a criação de um parque chamado A Luta dos Queixadas no mesmo espaço onde o projeto habitacional será instalado.

No entanto, durante a tramitação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 13.885/2004), o PDE foi modificado. Popularmente conhecida como lei de zoneamento da cidade, a lei regula o que deve ou não ser construído em São Paulo, seja pelo Estado, ou por construtoras, incorporadoras ou proprietários de imóveis. Desconsiderando aquilo que diz o PDE – que considera o

futuro Parque A Luta dos Queixadas zona especial de interesse social – a revisão da lei de zoneamento coloca essa área como zona de uso misto, onde está liberada a construção industrial ou habitacional, desconsiderando todo o valor histórico, social e cultural da área onde o prédio está situado (Moreira, 2016).

O relato acima retrata a história de luta de classes em torno da memória relacionada à essa indústria. Os proprietários e representantes do capital propõem e defendem um grande empreendimento imobiliário, buscando extraer lucros dos escombros da velha fábrica. Os representantes do povo trabalhador propõem um parque chamado A Luta dos Queixadas. Mesmo após terem conquistado a inserção de tal proposta no Plano Diretor da cidade, o capital volta a deixar claro que é a luta de classes que faz a lei.

Segue a luta sobre o que um dia foi indústria, do que foi o emprego de tantos e o meio de produção dos insumos que em grande parte construíram as fundações, estruturas e paredes desta cidade. Cada setor desta complexa disputa vê naquele imóvel um patrimônio diferente. Não é possível defender ambos ao mesmo tempo como memórias legítimas, são contraditórias e excludentes. Narrativas incompatíveis sobre nossa história. Mas há quem veja ali uma memória universal. Parte dos arquitetos e urbanistas parece desenvolver certo fetiche pela carcaça.

Patrimônio industrial e a luta de classes

O chamado patrimônio industrial pode ter origens muito diferentes. Pode ter causa no florescimento e desenvolvimento da indústria ou de uma região industrial, fazendo com que fosse necessário construir nova(s) planta(s), para resolver a contradição entre a velha edificação e os novos meios e sistemas produtivos mais avançados, ou mesmo para se aproveitar de novas infra-estruturas, impossíveis nos velhos bairros. Não se tratava, em casos como este, portanto, do fechamento de empresas, mas do descarte de um prédio e de seu deslocamento enquanto empresa, devido à sua evolução. Essa foi uma motivação prevalecente - mas, de forma alguma, única - em determinados momentos e contextos no Brasil. Mesmo neste tipo de caso, porém, tal melhoria não era exatamente uma evolução. Os avanços tecnológicos não são necessariamente avanços em absoluto. Muitas vezes o avanço consiste em poder empregar menos mão de obra, em produzir mais com menos trabalho, e não necessariamente em mais qualidade para o produto. E mesmo o deslocamento dentro da mesma cidade ou região poderia significar a troca parcial ou total da mão-de-obra. Um descarte covarde de seres humanos.

Mas as últimas décadas assistem a um processo bastante diferente. A desindustrialização resulta no sepultamento massivo de postos de trabalho. O que normalmente chamamos de patrimônio industrial, em considerável parte, se assemelha muito mais a um cemitério de postos de trabalho, uma lápide com dizeres hipócritas para a dignidade da classe trabalhadora e não há como tornar isso belo. Projetista ou planejador nenhum será capaz de, com traços ou planos, embelezar um processo de decadência que ameaça arrastar a humanidade à barbárie. No máximo, lança-se uma mão de tinta e algum perfume. Nada disso resiste à primeira tempestade.

O próprio texto de chamamento para o presente número desta revista retoma o processo histórico de definição em nível institucional internacional do que vem a ser o patrimônio industrial. Assim é dito:

De acordo à *Carta de Nizhny Tagil* (2003) adotada pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial), patrimônio industrial são os vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios podem ser as edificações, maquinários, oficinas, fábricas, minas, locais de processamento e de refinamento, armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as infraestruturas e locais onde se desenvolvem atividades sociais relacionadas com a indústria (tanto habitacional quanto de culto ou educativas).

Esse documento foi complementado em 2018 pela *Carta de Sevilha*, na qual destacam-se entre outros aspectos: “El valor cultural de los testimonios materiales e inmateriales vinculados a las actividades productivas, [...] la creciente conciencia ciudadana por el mantenimiento y conservación del Patrimonio Industrial como parte esencial de la memoria colectiva. [...] La demanda expresada por colectivos ciudadanos para disponer de espacios donde poder expresar sus relaciones de memoria y sociabilidad” (Chamada, 2024).

Os parâmetros da Carta de Nizhny Tagil (2013) e a Carta de Sevilha (2019) não tratam de um patrimônio industrial vivo, mas de um patrimônio comercial que se traveste de patrimônio cultural. É, curiosamente, um fóssil da nossa própria época.

Vivemos a era industrial, ainda que muitos autores queiram nomeá-la de pós-industrial. Na fábrica, na escola ou nos escritórios, quem olhe para os próprios pés, verá calçados que, na grande maioria das cidades do globo, são industrializados. O mesmo para nossas roupas ou para nossa comida. O fato de que a indústria tenha cada vez mais alto nível de produtividade tem consequências econômicas, políticas e sociais das mais sérias. No capitalismo, longe de significar um aumento do conforto e redução da jornada de trabalho - dado que as máquinas fazem cada vez mais - temos o inverso.

Os que creem que temos uma sociedade pós-industrial parecem se ater a um aspecto da questão, ignorando a totalidade e suas contradições. Há uma redução daquele emprego diretamente associado à fábrica, ao galpão. Mas, de forma alguma temos uma redução da presença da indústria na vida social. Os alimentos são hoje muito mais industrializados do que em qualquer outro momento. O mesmo para todos os outros campos da reprodução social da vida humana.

Isso só reforça - e não refuta - o fato de que é justamente o estágio de desenvolvimento da indústria que determina as grandes mudanças no organismo social. Se entre as empresas mais poderosas do mundo estão a Meta ou o X, temos que ter em mente que isso se relaciona diretamente com uma indústria de celulares, tablets, notebooks e PCs em escala global. Se, por um lado, tais produtos não são “palpáveis”, o que leva à dúvida se trata-se de indústria propriamente, a verdadeira mercadoria de que se sustenta esse mercado é a produção de equipamentos materiais, sem os quais software algum tem sentido. Além disso, a propaganda constante em seus sites está sempre relacionada a venda de algo. E esse algo, quase sempre, precisa ser produzido materialmente pela indústria.

Além de tudo isso, acontece que muitos dos setores que antes estavam dentro da fábrica, hoje se espalham pela cidade e, com os modernos meios de comunicação, departamentos e setores que funcionavam dentro ou anexos ao galpão da produção podem estar em diferentes partes do mundo. Isso vale para os serviços comerciais, de projetos, de publicidade ou de recursos humanos, alcançando até a questão do

estoque e da logística. A fábrica dilui-se na cidade.

Reformulando espaços de logística interna e externa, empresas passaram a ocupar e apropriar-se, sistematicamente, dos espaços urbanos. Esta ocupação faz recuar os custos, agora ampliados, de manutenção e recuperação - antes restritos à contabilidade empresarial - sobre a população em geral, os trabalhadores em particular e sobre os cofres da administração municipal, estadual e federal. Espaços para estoques implicam custos. A pertinência em eliminá-los somente assumiu dimensão de racionalidade administrativa privada quando, na busca de valorização em um mercado global tido como inexoravelmente competitivo, restrito e impositivamente segmentado, o capital incorporou, mais do que nunca, tempos e espaços físicos subjetivos. (Ferrari, 2005. p. 26)

Questionando o conceito de patrimônio

É necessário questionar o próprio conceito de patrimônio, na medida em que qualquer valor ou riqueza, em nossa sociedade capitalista, tem um proprietário. Mesmo a propriedade pública está constantemente em disputa pelas diversas classes e frações de classe. E, sob o controle do Estado capitalista, serve à classe dominante e, mais especificamente, à sua fração dominante em cada momento histórico. Por que seria diferente com o patrimônio industrial?

Acontece que tratamos de um elemento imaterial, que se expressa por vezes em um elemento material, portador de significados. A memória coletiva, tendo caráter de classe, pode ser disputada pelas diferentes classes sociais em luta no sistema capitalista.

Abordando o tema pelo ângulo próprio do historiador crítico, Francisco Lino de Aviz Neto e eu nos encontramos justamente no que tange ao aspecto político deste debate. Em sua dissertação de mestrado, pesquisando a experiência da ocupação da Cipla e da Interfibra, em Joinville-SC, ele faz a seguinte observação:

(...) Entretanto, sendo o patrimônio a expressão política da memória de uma classe, de um grupo social e/ou de um gênero humano ele pode ser disputado pelos controladores e quaisquer outros trabalhadores. O posicionamento crítico é importante por não referendar o patrimônio como algo dado, valioso e automaticamente identificável pelos trabalhadores. Ele pode, na realidade, ser instrumento de fetichização do passado para o domínio ideológico do presente pelas classes dominantes. Uma necessidade capitalista de alçar como exemplar não os processos autônomos da classe trabalhadora, como o controle operário em Cipla e Interfibra, mas sim, por exemplo, a convalidação de “povo trabalhador”, “ordeiro” e “empreendedor” de Joinville. (Neto, 2024. p. 77)

A Carta de Sevilha fala de “la creciente conciencia ciudadana por el mantenimiento y conservación del Patrimonio Industrial como parte esencial de la memoria colectiva”. (2019) Cabe a nós perguntarmos: de que coletivo falam? Tal como já afirmei anteriormente, a sociedade capitalista é uma sociedade dividida, antes de qualquer coisa, em classes. Dentro das classes, uma infinidade de frações com interesses distintos gera novos e diferentes conflitos. Tal documento, muito antes de definir, acaba por falsear e esconder, sob a fraseologia do interesse comum e público, a existência de uma ideologia dominante que se passa por interesse geral, por interesse público: o

interesse material da classe dominante.

A conservação do Patrimônio Industrial, por sua via institucional, visa garantir a utilização da memória da indústria para o reforço ideológico do domínio burguês, de seus feitos, ao mesmo tempo em que com isso atribui especial valor ao território ao qual tal memória se vincula.

Muitas das indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro e outras tantas grandes, médias ou pequenas cidades brasileiras industrializadas levam em suas fachadas ou placas os nomes de seus proprietários, os sobrenomes das famílias fundadoras, como se fossem heróis. Não sou favorável à destruição de todas as esculturas ou monumentos em homenagem aos nossos algozes. Eles também falam sobre nosso passado, sobre as ideias e relações de classe, bem como dos princípios estéticos vigentes então. Mas estou de acordo com aqueles que lutam para retirá-los das praças públicas. Deveriam estar em museus onde se possa ler e conhecer seu papel histórico, onde se possa ensinar como suas ideias foram ou devem ser derrotadas. Não é possível levar as fábricas falidas para dentro de museus. São elas mesmas museus, mesmo quando não o são formalmente. Fósseis de um tipo diferente, maiores que quaisquer ossos, feitos do trabalho humano sobre a natureza. Mas são, acima de tudo, documentos que falam da exploração e da opressão, que culmina com o descarte dos trabalhadores pelo capital, quando não servem mais à produção do lucro.

Se o processo de estabelecimento do valor de um patrimônio arquitetônico, histórico e cultural balizar seus critérios estéticos, bem como sua relevância histórica, com base no ponto de vista e nos objetivos históricos da classe trabalhadora, então tudo o que diz respeito à história do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil deve estar na lista do que deve ser preservado enquanto Patrimônio Industrial.

Ocupações de fábrica e a defesa do patrimônio industrial vivo

A América Latina viu ser reeditado um velho método de luta da classe operária, cuja origem e desenvolvimento remonta às experiências históricas da classe trabalhadora, desde a Comuna de Paris, passando pela Revolução Russa, os levantes operários na Polônia, Hungria, Iugoslávia, Itália, Espanha (na Guerra Civil), Portugal (Revolução dos Cravos) e mesmo no Chile da década de 70 (Cordões Industriais) e outros. (Novaes, 2023, p. 44-46; Lyon, 2006)

No Brasil e em outros países da América Latina, a classe operária protagonizou um drama épico, que difere do enredo usual nos casos de fechamento de fábricas. Aliás, friso que nada há de exatamente original na obra destes operários latinoamericanos, protagonistas da história que ora relato, salvo a habilidade dos grandes artistas de adequar cada montagem ao seu elenco e às condições de seu tempo.

Nosso continente viveu, no final do século XX e início do XXI, um período de seguidas crises, de grande desemprego e ataques aos direitos trabalhistas que exigiria da classe trabalhadora uma reação política compatível. Infelizmente, as grandes organizações sindicais e estudantis construídas em tão duras lutas no passado não estiveram à altura da tarefa e a resposta devida não foi uma regra, mas apenas uma exceção. Isso, porém, não diminui sua importância. Pelo contrário, aumenta.

Diversos autores conseguiram rastrear as origens deste processo em experiências acumuladas em décadas anteriores, mas foi a partir da década de 90 que ocorreu uma primeira onda na Argentina e, a partir da crise econômica de 2001, com a quebra financeira do país e o fechamento massivo de empresas, que o movimento alcançou

ainda maior extensão e relevância. (Ruggeri, 2018, p. 50-63; Festi, 2010, p. 61-77)

É também dos anos 2000 a experiência venezuelana, onde a tática das ocupações foi uma reação política contra a sabotagem patronal, quando da tentativa de deposição de Chávez, em 2002. A luta contra o golpe teve como ponto central a ocupação da empresa petrolífera PDVSA, posta sob controle dos trabalhadores, reagindo à sabotagem dos burocratas do Estado que estavam dispostos a agir em defesa de interesses do capital estrangeiro contra o patrimônio nacional venezuelano, em especial suas reservas de petróleo. Seguem-se a esta outras ocupações como da VENEPAL ou a ALCASA, que conquistaram a nacionalização, sob o sistema de cogestão com os trabalhadores. (Lyon, 2006)

Dario Azzellini (2023, p. 171-173) escreve como na Venezuela as empresas ocupadas se associaram às comunas e estabeleceram relações com o território e com bairros, vilas, aldeias e etc. Longe de propor aqui qualquer análise sobre o caráter destas formas de governo e das táticas usadas por estas fábricas e empresas específicas, cabe citar quanto interessante é a disposição recorrente nas experiências mais radicais de conectar-se com os demais movimentos, em especial com as formas de organização popular no entorno urbano.

Entre os diferentes movimentos em que se organizam os trabalhadores em defesa de seus empregos e direitos, há um que merece especial atenção do leitor que busca pensar o patrimônio industrial e suas relações com a história econômica e social. Trata-se do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil, cujo núcleo duro foi formado pelos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, em Joinville-SC, e da Flaskô, em Sumaré-SP.

O Movimento das Fábricas Ocupadas batalhou pela conservação da indústria enquanto indústria, atividade humana mediada pelo maquinário, defendendo portanto emprego e parque fabril, as forças produtivas sobre as quais baseou-se a intensa revolução industrial que possibilitou toda a vida moderna, em suas maravilhas e desastres, em seus progressos e suas contradições, mas acima de tudo em seu potencial de satisfação das necessidades humanas por meio da produção em grande escala. Defendeu a manutenção de todos os empregos, dos direitos trabalhistas e do parque fabril, contra a rapina e o roubo recorrente nos fechamentos de fábricas em falência. De seu anterior caminho rumo à ruína - sob a direção do antigo patrão -, a ocupação não converteu a indústria em museu, mas em indústria viva. (Nascimento, 2004, p. 45; Camargo, 2015, p. 51-53)

Deve despertar especial interesse para os estudos urbanos o caso da Flaskô. A partir de seu movimento, em parceria com famílias da região, foi organizada uma ocupação do terreno ao lado da fábrica (Camargo, 2015, p. 55-71) - na verdade, uma parte desocupada do mesmo terreno da fábrica - resultando duas décadas depois em 564 famílias com suas habitações regularizadas, agora em luta por obras de infraestrutura e melhorias no bairro. Trata-se de um marco, um bairro cuja história remete à luta operária, de uma fábrica que foi ocupada, mas posteriormente fechada pelo capital e por seu Estado.

O surgimento do Movimento das Fábricas Ocupadas

O Brasil vivia um momento de intensa polarização política, com o ascenso de Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores, nas pesquisas eleitorais no ano de 2002. A classe trabalhadora brasileira, exausta do enorme desemprego, das consequências da onda de privatizações promovida pelo governo federal na década de 90 e das reformas e ataques diversos aos direitos trabalhistas, decidiu retomar o movimento interrompido

no final dos anos 80 e votou massivamente no representante operário para dar fim ao ciclo do PSDB na Presidência da República.

O clima político no Brasil daqueles dias era diferente dos anos anteriores. A classe trabalhadora ganhava confiança dia após dia. Tal confiança tinha como base a sensação cada vez mais forte de que poderia vencer no terreno eleitoral. Mas não há uma fronteira material que separe o terreno eleitoral da luta de classes no chão da fábrica ou das lutas urbanas. Como parte da forte onda de mobilização popular que levou Lula à Presidência da República, os trabalhadores da Cipla organizaram uma greve contra a destruição da fábrica em que trabalhavam. Não recebiam salários, havendo longos atrasos e pagamentos parciais que colocavam as vidas de suas famílias em estado de enorme precariedade. Uma primeira tentativa enfrentou a traição de seu sindicato e levou a demissões.

A segunda tentativa encontrou suporte em elementos mais radicais no interior do PT da cidade, oferecendo um apoio material e político externo. Jovens revolucionários acamparam em frente ao portão para somar ao movimento dos operários. O clima político nacional atribuiu àquela greve um caráter inusitado. Quando o patrão disse que não tinha como pagar os salários e que não tinha interesse em dar continuidade à empresa, em lugar de discutirem as indenizações trabalhistas, os trabalhadores decidiram assumir a direção da empresa. Durante a discussão da transição, o patrão intransigente foi posto para fora da fábrica. Após intensas mobilizações que tomaram e sacudiram a cidade, obtiveram uma decisão judicial que determinava a entrega de uma procuração para que gerissem a empresa. Incluíram em seu quadro de funcionários os apoiadores políticos que estiveram consigo nesta dura batalha e cuja tradição política permitiu fornecer uma direção política revolucionária. Neste processo, arrastaram consigo os trabalhadores da Interfibra e, no ano seguinte, os trabalhadores da Flaskô, ambas do mesmo grupo econômico. (Nascimento, 2004, p. 109)

A ocupação da Cipla e da Interfibra se sustentou até 2007, quando uma intervenção judicial, feita a pedido do Ministro da Previdência do governo Lula, exigindo o pagamento de uma dívida feita pelo antigo patrão - nunca cobrada do mesmo, mas agora cobrada da gestão operária - levou ao fechamento da fábrica, com a demissão por justa causa de todo o conselho de fábrica eleito pelos trabalhadores, a instituição de um regime autoritário e uma série de demissões posteriores. (Camargo, 2015, p. 113) A decisão judicial que determinou a intervenção tinha uma lista de 8 motivações. A última tinha literalmente os dizeres: "imagina se a moda pega!". (Mandl, 2012, p. 28)

A Flaskô conseguiu não ser incluída na decisão da intervenção e resistiu por mais tempo, sendo fechada já no governo Bolsonaro, com um corte de energia da empresa privada CPFL, que por longa data manteve-se em contato com o interventor.

A Cipla segue aberta, sendo dilapidada e o caminho para o fechamento preparado. A Flaskô já não funciona e seu maquinário está sendo leiloado para o pagamento dos direitos trabalhistas devidos pelo antigo patrão e não pagos - por falta de recursos - durante a própria gestão operária. Ainda assim, o patrimônio material segue sendo controlado por um revezamento de vigilância feito pelo próprio movimento, para que nada seja roubado.

Este movimento social, mesmo que inconscientemente, nada poderia ter a ver com uma concepção de conservação do patrimônio industrial como parte da memória coletiva apenas. Sua defesa era a conservação do patrimônio industrial como sustentáculo da vida econômica, política e social como um todo. Era a defesa do emprego e da classe trabalhadora em luta, como motor de lutas que arrastaram amplos setores sociais da cidade, do país e mesmo de movimentos de trabalhadores de outros países, como demonstraram os encontros e conferências nacionais e internacionais dos quais não



apenas participaram, mas que inclusive, por vezes, organizaram e mesmo sediaram nos espaços da Cipla⁴ (Prata, 2021; Nascimento, 2004, p. 114-118).

Quando ocorreu a intervenção judicial na Cipla, com a tomada armada da empresa, todos os arquivos históricos, sua memória, que estavam nos computadores da empresa foram confiscados e nada foi recuperado pelo movimento. A Flaskô aprendeu com a história do fechamento da Cipla e da Interfibra e deu uma contribuição e exemplo ímpares para os movimentos vindouros. A organização do Centro de Memória Operária e Popular - CEMOP possibilitou a catalogação dos boletins e jornais publicados pelo movimento, bem como o arquivo de diversos materiais e a publicação de livros e revistas teóricas que contam e discutem a sua história. O CEMOP, defendendo a sua história de luta, permitiu que trabalhadores de outras fábricas, de outras categorias da cidade ou do campo, que novas gerações de jovens e trabalhadores do Brasil e de outros países aprendam com seus relatos e análises, preparando o caminho para as futuras lutas.

Sob a intervenção judicial, uma das primeiras medidas foi a retirada do outdoor emblemático que anunciava a todo o centro da cidade industrial de Joinville que a Cipla estava sob controle dos trabalhadores.

4 O Movimento organizou conferências nacionais, uma conferência pan-americana de fábricas ocupadas, sempre com a consigna da defesa dos empregos, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril. Participou também do Encontro Latinoamericano de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores, na Venezuela.

A história do Movimento das Fábricas Ocupadas: patrimônio da classe trabalhadora

Qual o critério para a definição da importância histórica, cultural, arquitetônica, enfim, social do patrimônio industrial? Eu não tenho dúvidas de que a Cipla, cuja qualidade estética de seus edifícios não se enquadra no padrão preferido pelos arquitetos, tem atributos suficientes para ser enquadrada como patrimônio, no campo industrial.

Em Joinville-SC há uma lista de tombamentos realizados pela autoridade pública competente, na qual se pode encontrar elementos do “patrimônio industrial” como, por exemplo, a Chaminé da antiga malharia Arp, com seus 26,5 metros de altura em tijolos de barro. No edifício da fábrica hoje funciona um shopping. É claro que pouco ou nada se diz das peles que queimaram ao calor ou dos dedos que se cortaram nos teares, mas falar disso seria me repetir. Em Joinville funciona a mesma lógica já exposta neste texto.

Diante do exposto, considero que é preciso incluir na lista e declarar como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de Joinville a história da luta dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra em defesa do emprego, dos direitos e do parque fabril. A fachada da Cipla deveria ter restaurado o histórico outdoor em que se encontravam os dizeres: “Cipla: empresa sob controle dos trabalhadores. Estatização para salvar 1.070 empregos. Desemprego zero: Cipla, Interfibra e Flaskô. Em defesa do parque fabril brasileiro.” O valor histórico deste outdoor é imenso e diz muito mais sobre a situação da indústria brasileira e sobre os desafios da humanidade na virada do milênio do que centenas de fachadas tombadas. E a verdadeira justiça só seria feita com a reversão das centenas de demissões, a restituição do controle operário e a Estatização da fábrica, sob controle operário. Não pode ser chamada de preservação do patrimônio a dilapidação patrimonial patronal que, ao assumir o controle, reduz os empregos a menos da metade para defender o lucro. Tampouco pode ser chamada de conservação a conversão da fábrica em túmulo de empregos sobre o qual se ergue um centro comercial de luxo ou uma nova universidade privada caça-níqueis. O destino da Cipla vêm sendo construído nesta direção.

Em Sumaré-SP, a velha torre da caixa d’água da Flaskô, referência visual de todo o bairro, deveria ser preservada não como lembrança bucólica, mas em sua condição de reservatório para a casa de máquinas, para o sistema de resfriamento, para as torneiras da empresa. A, Fábrica de Esporte e Cultura e a Vila Operária e Popular são marcos na história do município e na história do movimento operário brasileiro.

O complemento proposto na Carta de Sevilha (2019, p. 22) abre a possibilidade de discutir tombamentos deste tipo e devemos nos apoiar nas brechas e possibilidades concretas. Porém, isso não deveria ser uma brecha, mas o centro do debate, o parâmetro central.

A pedido do advogado da Flaskô, Alexandre Mandl, elaborei um projeto arquitetônico para procedermos ao pedido de desmembramento do terreno da fábrica junto à prefeitura de Sumaré-SP, buscando desmembrar a área do terreno que contém os edifícios do restaurante e o chamado Casarão - uma residência construída dentro da área da fábrica -, do restante do imóvel, com a ideia de propormos a fundação de uma sede para o CEMOP, para a conservação da memória deste movimento. Mas, obviamente, essa ideia enfrenta resistência por parte do município e do poder judiciário.

Os moradores da Vila Operária e Popular também deram sua contribuição junto aos trabalhadores da Flaskô. Após a regularização fundiária, aprovada em fins de 2023, lograram batizar as ruas com os nomes dos trabalhadores da Flaskô que faleceram



entre o princípio da ocupação e a data da obtenção dos títulos de propriedade da Vila. Lá, quem consta nas placas não são os patrões, mas os operários que fizeram a história. Também foram homenageadas mulheres importantes na história das lutas sociais no Brasil.

A Flaskô, Cipla e Interfibra, bem como Flakepet (em Itapevi), Profiplast (Joinville), Ellen Metal (Caeiras) e tantas outras que fizeram parte desta luta, se estatizadas sob controle operário, seriam um marco e um farol de alcance ainda maior para a luta contra a desindustrialização do país, contra a destruição do parque fabril brasileiro, a perda dos empregos, dos direitos, contra a informalidade no emprego e o enfraquecimento da organização sindical. Cipla e Interfibra - e depois também a Flaskô - reduziram a jornada de trabalho de 44 para 30 horas, sem redução de salários, mostrando que o verdadeiro obstáculo para conquistas como essa é o patrão e a classe dominante em seu conjunto. Por isso despertaram tamanho ódio da classe dominante.

O tombamento do restaurante e do Casarão da Flaskô e da praça da Vila Operária e Popular, com a garantia de um espaço de memória do movimento seria um marco também para o movimento popular, guardando e ajudando a transmitir os ensinamentos deste incrível movimento que somou as forças operárias e populares no combate não só em defesa do emprego, mas também no enfrentamento à crise habitacional. Seja na questão da habitação, do esporte ou da cultura, a contribuição do movimento superou em muito todo o realizado pela prefeitura de Sumaré no mesmo período, provando a superioridade da gestão operária sobre o patronato e a burocracia capitalista, mesmo sem os recursos de uma prefeitura. Diante de tal exemplo, como aceitar que o governo não atenda às necessidades do povo trabalhador?

Quem tem interesse em preservar essa memória? Quando se tornará um verdadeiro debate a ser feito entre arquitetos, urbanistas, historiadores e estudiosos do patrimônio industrial?

Foto da torre da caixa d’água da fábrica Flaskô, marco visual da região do Bom Retiro e da Área Cura, na cidade de Sumaré-SP. Créditos: Setor de mobilização da Flaskô. Imagem do acervo do CEMOP.

Referências

- AZZELLINI, Dario. *O movimento autogestionário mundial: uma perspectiva marxista*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.
- CAMARGO, Vinícius Martins de. *Vila Operária e Popular, um terreno e uma fábrica ocupados: 10 anos de luta*. Sumaré: Edições CEMOP, 2015.
- CARTA DE SEVILLA DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL 2018: Los retos del siglo XXI. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- CASA DAS CALDEIRAS. Site da Casa das Caldeiras. Online. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- CONDEPHAAT. Moinho Matarazzo. São Paulo, 28 jan. 2021. Online. Disponível em <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/moinho-matarazzo/>, acesso em 02/03/2025.
- FESTI, Ricardo Coltrato. *Zanon. Fábrica sem patrão: um debate sobre classicismo e controle operário na vanguarda operária*. Dissertação (mestrado em sociologia do trabalho) Instituto de Filosofia, Ciências. Unicamp. 2010.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- JUNIOR, Demetrio Quiros Bello. "O operariado está em plena atividade": os trabalhadores, a FOSP, ligas operárias de bairro e sindicatos (1917-1924). 2018. Disponível em <https://www.sinteseeventos.com/site/iassc/GT10/GT10-35-Demetrio.pdf>. Acesso em 02 mar. 2025.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Navegando, 2011.
- LYON, Rob. *Workers' Control and Nationalization*. Em defesa do marxismo. 2006. Acessado em 03 de março de 2025. Disponível em <https://marxist.com/workers-control-nationalization-part1.htm>.
- MANDL, Alexandre Tortorella. *Uma década do movimento das Fábricas Ocupadas: Histórico, Balanços e Perspectivas*. Revista do CEMOP n. 4, Sumaré, out. 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- MOREIRA, Jéssica. *Marco histórico e cultural de Perus, terreno da Fábrica de Cimento pode virar moradia popular*. Educação e Território. 17 fev. 2016. Disponível em <https://educacaoterritorio.org.br/reportagens/marco-historico-e-cultural-de-perus-terreno-da-fabrica-de-cimento-pode-virar-moradia-popular/>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério. *Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada: A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. (S.I., s.n.), São Paulo, 2004.
- NETO, Francisco Lino de Aviz. *O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)*. 2024. 120f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, UNIVILLE. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/3845244/Dissertacao_MPSCS_-_Francisco_Lino_de_Aviz_Neto_-_Final.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.
- NOVAES, Henrique Tahan. *Producción Asociada y educación socialista: experiencias urbanas y rurales del Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.
- PETROCILO, Carlos. *São Paulo tem quase 590 mil imóveis vazios, 18 vezes a população de rua da cidade*. Folha de São Paulo. 03 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/sao-paulo-tem-quase-590-mil-imoveis-vazios-18-vezes-a-populacao-de-rua-da-cidade.shtml>. Acesso em: 5 de mar 2025.
- PIXO: REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE. *Chamada Pixo 33/34 - Patrimônio Industrial*. 19 nov. 2024. Online. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/announcement/view/675>. Acesso em 10 fev. 2025.
- PRATA, Rafael. *Breve história da luta dos trabalhadores da Flaskô e do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil*. In Defense of Marxism, 2008. Acesso em 3 de agosto de 2021. Disponível em <https://www.marxist.com/breve-historia-movimento-fabricas-ocupadas-brasil.htm>.
- RUGGERI, Andrés. *Empresas recuperadas pelos trabalhadores: ocupações e autogestão na Argentina*. Marília: Lutas Anticapital, 2018.
- TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Carta de Nizhny Tagil de Patrimônio Industrial, 2003*. 2013. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTtagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 10 de Set. de 2019.
- TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial, 2018*. 2019. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2025.
- TROTSKY, Leon. *Programa de Transição*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- UNICEF. *Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021*. 06 jul. 2022. Online. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>. Acesso em: 5 mar 2025.